

Sindicato dos Músicos – CENA

Reunião com as Comissões Parlamentares da Educação, Ciência e Cultura e a Comissão de Segurança Social e Trabalho.

8 de Novembro de 2011 – 14 horas

OPART

Desde a sua inauguração em 1793, que o Teatro Nacional de São Carlos tem sofrido diversas modificações na sua forma de financiamento. Tal como em 2011, também em 1890/91 uma crise financeira colocou em causa o normal funcionamento da temporada de espectáculos e o cumprimento das obrigações contratuais com os seus trabalhadores.

Actualmente o TNSC tem uma estrutura dotada de excelentes corpos artísticos e técnicos, que têm demonstrado estar à altura das várias temporadas de ópera e concertos. Não podemos esquecer que pelo palco do TNSC, passaram nomes como Maria Callas, Plácido Domingo, Alfredo Krauss, entre outros.

Relembramos também que a Orquestra Sinfónica Portuguesa tem ocupado um lugar insubstituível na divulgação do grande repertório sinfónico, paralelamente ao seu trabalho nas temporadas de ópera, sendo a única orquestra de dimensão realmente sinfónica na capital de Portugal.

Também o trabalho da Companhia Nacional de Bailado, a única de origem estatal em Portugal, é essencial para que existam espectáculos de serviço público com qualidade nesta área.

Se observarmos apenas o período que vai de 1974 até aos dias de hoje, percebemos que vários foram os modelos de gestão do TNSC: Função Pública; Empresa Pública; Fundação; Instituto Público; OPART, EPE (regime actual) e no futuro uma previsível inserção num novo Agrupamento Complementar de Empresas do Estado (ACE), cujo funcionamento se mostra ainda difícil de perceber.

Hoje sabemos que o OPART sofrerá uma redução de 20% do seu orçamento, o que já levou a sua administração a comunicar que em 2012 a temporada do TNSC e da Companhia Nacional de Bailado (as duas estruturas artísticas dependentes do OPART), sofrerão revisões nas suas programações e reduções temporárias nas suas actividades.

Foi já admitido aos trabalhadores que, para que os espectáculos de 2012 não sejam totalmente cancelados, as soluções que estão em cima da mesa

passariam pelo despedimento de 30% dos seus efectivos, pela redução dos salários ou por um possível "lay-off". Relembramos que todos os trabalhadores do OPART fazem parte da administração pública, tendo assim, já sofrido os mesmos cortes salariais que os outros funcionários do Estado.

Se compararmos o financiamento dado ao TNSC entre 2001 e 2004 (ver anexo) com o financiamento de outros teatros de ópera europeus, percebemos que com um orçamento muitíssimo menor, o São Carlos oferece uma qualidade cultural de igual valor, superior até em alguns casos. A sub-orçamentação crónica da Cultura em Portugal é, do nosso ponto de vista, um erro estratégico enorme para o país, e a tentativa de manter o funcionamento do único teatro de ópera português e da CNB à custa de mais sacrifícios dos seus dedicados trabalhadores é imoral.

O serviço público que estas estruturas artísticas prestam à população é inestimável, o prestígio que adquiriram ao longo dos anos dentro e fora do país deveria ser motivo de orgulho e merece um esforço estatal para que possa ser preservado. O governo tem a obrigação de suportar condignamente estas instituições. Se seguir o caminho que parece estar a traçar, assistiremos ao empobrecimento artístico tanto da CNB como do teatro de ópera o que, a curto prazo, poderá levar ao seu desaparecimento.

O Sindicato dos Músicos – CENA está contra qualquer redução de salário nos trabalhadores do TNSC e da CNB e especialmente contra a possibilidade de os próprios trabalhadores do OPART se tornarem mecenas da sua própria actividade profissional.

Os cortes cegos de 20% têm consequências completamente nos diferentes organismos artísticos tutelados pelo Estado, sendo que o resultado no OPART deixa só o dinheiro necessário para pagar salários, não sobrando qualquer quantia para a produção.

Metropolitana

Ver documento em anexo.

Orquestra Estúdio de Guimarães

No âmbito de Guimarães 2012: Capital Europeia da Cultura, foi criada uma fundação que teve como objectivo criar uma orquestra com uma vertente de música sinfónica e outra de música de câmara. O projecto pretende incluir uma maioria de instrumentistas portugueses mas também um elemento de cada país da União Europeia.

Sem querer pôr em causa a criação desta orquestra, parece-nos que se está a formar um colectivo artístico que tem e terá graves problemas no decorrer da sua vida. A forma de contratação dos músicos a falsos recibos verdes é inadequada, constando no respectivo contrato cláusulas perfeitamente abusivas. Choca-nos que a Fundação Cidade Guimarães, que gere a Capital Europeia da Cultura Guimarães 2012, contrate os seus agentes culturais de uma maneira completamente cavernícola.

Concursos da DGArtes

No passado ano de 2010, várias entidades culturais subsidiadas pelo estado viram o seu subsídio ser diminuído em 23%. A maior parte delas, que tinham contratos de apoio quadrienal assinados com o estado, ficaram a saber no final do segundo ano, que teriam de reformular todas as suas actividades de forma a suportar este brutal corte. Se já é desleal alterar as regras do jogo a meio, esta redução orçamental, já obrigou várias companhias a cancelar espectáculos e a passar de grandes produções para outras mais modestas, levando ao despedimento de algumas pessoas e à não criação de novos postos de trabalho, ainda que temporários.

Na tentativa de minorar um pouco esta desorçamentação, o anterior executivo governativo, através do extinto Ministério da Cultura, elaborou um plano que permitiria financiar a Cultura com 5 milhões de euros, através das receitas dos jogos sociais.

Neste final de ano de 2011, este dinheiro ainda não chegou às entidades a quem se destinava. No início de Março, a DGArtes informou todos os beneficiários dos quadros de apoio quadrienal, que este dinheiro lhes seria entregue depois de apresentaram uma reformulação do seu Plano de Actividades, coisa que todas as entidades fizeram. Em Setembro a mesma DGArtes, anunciou que estes 5 milhões de euros não estariam garantidos porque as receitas estimadas dos jogos sociais não estariam a ter uma correspondência com a realidade.

Se eliminar um quarto do orçamento destas entidades já levou a um agravamento negativo das suas condições de trabalho e da oferta cultural que disponibilizam aos seus públicos, a não existência deste pequeno balão de oxigénio poderá ditar o final de algumas delas. Por agora, sabemos que muitas das produções estão já a ser asseguradas pelo bolso de quem dirige e trabalha nestas companhias, sabemos que muitos dos trabalhadores que estavam com

vínculos laborais legais passaram a uma situação ilegal de falsos recibos verdes e sabemos ainda que muitos postos de trabalho vão ser postos em causa.

Mais uma vez cabe ao governo e à Secretaria de Estado da Cultura perceber que quem trabalha nesta área precisa de condições de trabalho e que muitas delas só se verificam se houver financiamento digno. O serviço público garantido por estas entidades é de vital importância para a educação, fruição artística e lazer da população e é essencial que ele não deixe de existir.

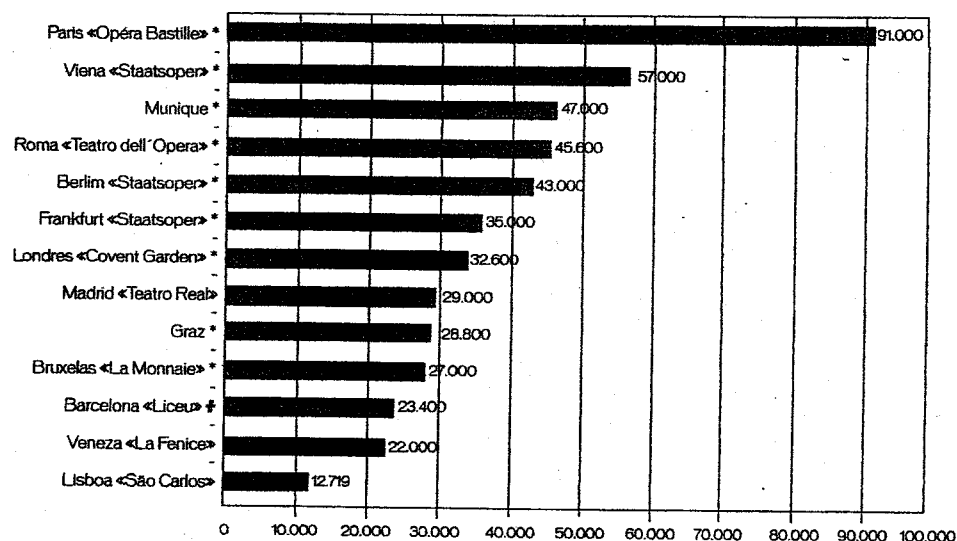
Contratação de artistas

Desconhecemos a aplicação prática da contratação de artistas utilizando a reformulação do Decreto-Lei nº4/2008. Será importante encontrar meios para operacionalizar a aplicabilidade destas novas normas laborais.

Comparação do financiamento do Estado
nos teatros europeus em 2003

Lisboa, São Carlos	12.719.000,00€
Veneza, La Fenice	22.000.000,00€
Barcelona, Liceu#	23.400.000,00€
Bruxelas, La Monnaie*	27.000.000,00€
Graz*	28.800.000,00€
Madrid, Teatro Real	29.000.000,00€
Londres, Covent Garden*	32.600.000,00€
Frankfurt, Staatsoper*	35.000.000,00€
Berlim, Staatsoper*	43.000.000,00€
Roma, Teatro dell'Opera*	45.600.000,00€
Munich*	47.000.000,00€
Viena, Staatsoper*	57.000.000,00€
Paris, Opéra Bastille*	91.000.000,00€

Comparação do financiamento do Estado a alguns teatros europeus em 2003
(em milhares de euros)



*Dados publicados no Relatório Anual das actividades do Teatro La Monnaie de Bruxelas (2003)

Dado publicado em «Memoria de la Fundación Gran Teatro del Liceu» de Barcelona (1999-2003)

Recorde-se que em Itália existem 13 Teatros Líricos financiados pelo Estado, na Bélgica 3, em Espanha 5 para além de 3 festivais líricos internacionais e em Portugal apenas 1.

Situação da “AMEC- O sentido dos sons”

1. Antecedentes

No ano 2005, os trabalhadores da AMEC contratados a recibos verdes negociaram um contrato de trabalho com a Direcção na altura presidida pela Dra. Gabriela Canavilhas.

Como resultado dessas negociações, os músicos da OML perderam semanas livres para estudo musical e preparação dos concertos.

Atribuíram um ordenado equivalente à sua remuneração anual dividida em 14 meses, traduzindo-se claramente numa perda da massa salarial.

Este esforço foi entendido como um contributo à viabilização financeira da associação.

No Regulamento Interno (R.I.) da Orquestra foi estabelecido o sistema de actualização salarial, pelo índice de inflação anual e antiguidade.

A falta de compensação do trabalho aos feriados, fins-de-semana, o trabalho nocturno, a eliminação do seguro de saúde para os músicos e trabalhadores admitidos depois de 2005.

Desde aquele ano, não foi feita nenhuma actualização salarial como previsto no R.I. Houve um aumento do subsídio de transmissão, que como é evidente, não implica um acréscimo no ordenado base.

2. Situação actual

a) Os trabalhadores iniciaram a nova temporada 2011/12 com o pagamento do subsídio de férias em atraso. No dia 21 de Setembro a Direcção anuncia a proposta de redução salarial de 5% a todos os trabalhadores da associação, retroactivo a 1 Setembro.

Os diversos debates da proposta de redução promovidos pela Comissão de Trabalhadores (C.T. AMEC), apontaram para uma redução escalonada, levando a Direcção a adiar a decisão de redução para consulta aos parceiros associados numa reunião marcada para princípio de Novembro.

O pagamento do subsídio de férias continua em atraso.

b) Os trabalhadores da AMEC não têm tido desde 2005 qualquer acerto ou actualizações salariais conforme estipulado no R.I.

Deste modo,

Feitas as contas, os trabalhadores têm os seus salários congelados desde há uns anos a esta parte.

c) O Código de Trabalho vigente não contempla o corte nos salários.

d) O corte nos salários foi legislado recentemente para a Administração Pública.

f) O que pretende fazer a Direcção com os trabalhadores da AMEC ?



J. V.

Na altura quando questionada pela C.T. AMEC a alternativa seria o corte de todos os subsídios, ou Lay Off, ou o despedimento colectivo.

3. As dívidas da AMEC

a) Quando a anterior Direcção passou a pasta à actual Direcção, afirmou ter deixado a casa arrumada - sem dívidas. Isto foi dito pela Dra. Gabriela Canavilhas na entrevista que anexamos no final do ano 2008.

c) A actual direcção informou que uma das razões para o corte salarial proposto é a existência de uma dívida à Segurança Social de 2 milhões de euros e uma dívida às Finanças de 1 milhão de euros, tendo sido negociados com o IAPMEI o pagamento mensal em 12 anos.

Acresce-se a esta dívida o montante de 750 mil euros de indemnizações a trabalhadores despedidos, tendo alguns sido readmitidos nos quadros da associação a custo elevadíssimo por ordem dos tribunais.

A gestão financeira era exercida na altura pelo Vogal de Direcção Dr. João Villa Lobos.

4. O projecto AMEC

a) Há uma série de características que tornam a AMEC num projecto cultural único no País.

Neste momento conta com 153 trabalhadores:

Os músicos da Orquestra Metropolitana de Lisboa;

Os professores das Escolas:

Da Academia Nacional Superior de Orquestra, já com uma Orquestra Académica;

Da Escola Profissional de Música, já com uma Orquestra;

Do Conservatório de Música, já com uma Orquestra;

Os Administrativos e Auxiliares.

Tendo em conta todos estes aspectos os resultados artísticos são excelentes. Os concertos sinfónicos e de música de câmara têm obtido uma excelente resposta do público e da crítica especializada. Também o elevado nível académico demonstrado pelos alunos das diferentes escolas tem sido muito elogiado através dos prémios nos concursos nacionais e estrangeiros.

A Metropolitana têm-se afirmado como instituição cultural de alto relevo e qualidade, prestando um serviço público da máxima importância.



5. Estrutura da associação

Algumas mudanças têm acontecido na instituição nos últimos anos, alterando alguns aspectos do projecto inicial, condicionando fortemente o seu desenvolvimento.

No projecto original os músicos membros da Orquestra Metropolitana assumiam em simultâneo as funções pedagógicas, o que resultava numa redução considerável dos custos.

É desejável que sejam aproveitados todos os recursos que estão à disposição da AMEC.

6. Acumulação de funções

O Presidente da Direcção, exerce o cargo de Director Artístico da Orquestra e habitualmente o de Maestro principal.

Lisboa, 31 de Outubro de 2011.

Prof. Adriano Aguiar – Presidente

Prof. Gerardo Gramajo – Delegado sindical da Orquestra Metropolitana de Lisboa.